

Ajuste econômico na América Latina: Impactos sobre a segmentação do trabalho

Anita Kon^{*}

1. Considerações iniciais

As políticas de estabilização levadas a efeito em muitos países da América Latina particularmente na década de 90, têm afetado (positiva ou negativamente) o desempenho de muitos setores da economia e particularmente as oportunidades nos mercados de trabalho. Na grande maioria destes países, a legislação do trabalho tem se mantido inalterada, baseando-se na proteção do emprego e em pesados encargos sociais sobre o trabalho formal. No final da década apenas poucos países haviam modernizado suas políticas quanto ao mercado de trabalho, de modo a se ajustarem à nova realidade da mundialização e da inovação tecnológica economizadoras de emprego.

Como será visto, as altas taxas de desemprego e o crescimento do setor informal se intensificaram, o que tem conduzido a debates sobre as presentes instituições que prevalecem nos mercados de trabalho, que explicam e intensificam estas tendências negativas. Alguns estudiosos, agentes empresariais e mesmo agentes governamentais encarregados das políticas de emprego, têm argumentado que o excesso de proteção através da regulamentação do mercado de trabalho ocasiona limites às respostas do mercado para as altas taxas de desemprego e estão levando cada vez mais os países a situações precárias no mercado informal. Citam como exemplo as economias do leste asiático para embasar suas idéias da necessidade de reformas.

Por outro lado, outra linha de analistas sustenta que qualquer medida que leve à eliminação da proteção trabalhista irá piorar as condições sociais dos trabalhadores e aumentar a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda dos países (Edwards e Lustig, 1997:2). Argumentam ainda que as regulamentações nos países latinoamericanos têm sido na realidade ignoradas grandemente pelos empregadores e que os mercados de trabalho já são consideravelmente flexíveis e competitivos.

^{*} Professora do Departamento PAE-EAESP/FGV. O texto engloba os trabalhos apresentados em Março/2000 no Sixth Annual Meeting of the Latin American Research Consortium, na University of Tulane/New Orleans e em julho/2000 no 50^o- International Congress of Americanists realizado em Varsóvia.

De qualquer forma, as reformas econômicas que conduzem à estabilização e à modernização econômicas, não têm se dedicado especialmente a transformações nas condições resultantes no mercado de trabalho. Este trabalho visa examinar os impactos das políticas de estabilização econômica levadas a efeito pelos países latinoamericanos a partir de meados dos anos 80, sobre a estruturação do trabalho, tendo em vista a carência de medidas específicas de ajustamento aos efeitos negativos destas políticas. São examinadas inicialmente algumas características das políticas de estabilização e de modernização dos países em questão, para em sequência serem analisadas informações estatísticas indicadoras dos reflexos destas medidas sobre a estruturação do trabalho em uma série de países selecionados.

2. Ajuste econômico e globalização na América Latina

Desde a Segunda Guerra Mundial, os países da região que vinham adotando políticas protecionistas no comércio exterior, vivendo isoladamente do sistema mundial de mercado, passaram a implementar reformas visando conquistar a estabilidade econômica. Nesta direção observou-se um processo de desregulação de práticas econômicas e a abertura de seus mercados para a competição externa paralelamente à busca da competitividade nos mercados externos. Após os anos setenta, as economias latinoamericanas passaram por transformações notáveis, buscando reformas que conduzissem ao ajuste econômico.

Entre os países latinoamericanos o Chile iniciou suas reformas em meados da década de 70, a Bolívia, Costa Rica e México em meados da década de 80, a Argentina, Brasil, Colômbia e Peru apenas a partir do início da década de 90. Estes países representam a grande maioria da população, do produto gerado e do comércio internacional da América Latina. Como salientam Stallings e Peres (2000), portanto, as mudanças ocorreram a partir dos impactos do contexto externo mundial sobre as condições domésticas iniciais de cada economia, que exigiram reformas econômicas e políticas sociais e macroeconômicas. As condições iniciais prevaletentes em cada economia específica, foram cruciais na determinação tanto da escolha política governamental, quanto pela resposta de cada sociedade a estas políticas. As taxas de crescimento do produto e da inflação, a estrutura da

produção e do emprego e os laços com a economia mundial, resultaram das escolhas políticas. Por outro lado as características sociais da população e a capacidade dos governos de implementarem as decisões de políticas sociais necessárias que conduzissem à maior equidade, também foram diferenciadas. No âmbito das empresas, as diferenças na capacidade produtiva, de reorganização e no conhecimento acumulado, também foram elementos significativos para a possibilidade de sucesso no processo de estabilização das economias latinoamericanas.

Tendo em vista as condições iniciais dos países latinoamericanos nos períodos que antecederam as reformas, algumas regiões empreenderam reformas mais agressivas e rápidas, enquanto que outras foram mais cautelosas e graduais em sua implementação. Esta escolha política foi influenciada particularmente pelo desempenho anterior de cada país no caminho do desenvolvimento, pela taxa de inflação vigente, pelo nível de governabilidade e pelo grau de atraso econômico estrutural. Quanto a estes fatores, verificou-se que a Argentina, Bolívia, Chile e Perú observavam grandes deficiências, com taxas de inflação superiores a 1.200% nos 5 anos precedentes ao início das reformas, enquanto que o PIB gerado no período se situou em torno de 0,7% anuais e que, além do mais, apresentaram baixo nível de governabilidade. Estes fatores levaram os formuladores de política governamental a desejarem a implementação de transformações drásticas na política econômica. Por sua vez, o Brasil, Colômbia, Costa Rica e México, por exemplo, optaram inicialmente por reformas mais graduais, tendo em vistas taxas médias anuais, nos 5 anos precedentes, que se revelaram inferiores às do grupo anterior, em torno de 168% (o Brasil apresentou as maiores taxas médias de 708%); o crescimento médio anual do produto esteve em 3,8% e o nível de governabilidade esteve entre médio e alto (Stallings e Peres, 2000).

Ao cenário de incertezas quanto à estabilização, vivido por algumas das principais nações latinoamericanas nos anos 80, particularmente com relação ao aumento acelerado do nível geral de preços, sucedeu-se, na década seguinte, uma situação de reduzidos níveis inflacionários. As políticas macro e microeconômicas visando a estabilização econômica ou o estímulo a setores específicos tiveram efeitos diferenciados em cada país, de acordo com a possibilidade estrutural e conjuntural de resposta a esses (des)estímulos. Paralelamente à necessidade de políticas de estabilização contencionistas, nos anos oitenta as economias

latinoamericanas tiveram que se adaptar internamente aos impactos da reestruturação produtiva e da mundialização que já estava ocorrendo desde os finais dos anos 60 nos países mais desenvolvidos, e que exigia a busca da modernização das empresas e do governo para efetivar as oportunidades de concorrência mundial.

A consecução do ajuste econômico originado pelas políticas de estabilização econômica levadas adiante pela maioria dos países latino-americanos durante os anos 90, pode ser observado pelos resultados apresentados pelo comportamento do Produto Interno Bruto em períodos selecionados (Tabela 1).

Tabela 1

Crescimento anual do PIB em períodos selecionados, 1950-98					
País	Período base (1950-80)	Período de crise	Período pós- crise		Anos 90 (1991-98)
			Recuperação	Crescimento	
<i>Alto crescimento</i>					
Argentina	3,8	-1,1	10,1	4,5	5,8
Bolívia	3,5	-1,7	3,5	4,3	4,3
Chile	3,9	1,4	5,2	7,6	7,7
Perú	4,9	-1,2	5,1	4,2	4,6
Média simples	4,0	-0,7	6,0	5,2	5,6
<i>Baixo crescimento</i>					
Brasil	7,0	1,3	...	2,4	1,8
Colômbia	5,1	2,8	...	3,8	3,6
Costa Rica	6,5	0,2	...	4,0	4,0
Jamaica	5,5	-1,2	...	2,1	0,2
México	6,5	1,0	2,4	3,3	3,1
Média simples	6,1	0,8	...	3,1	2,5
Média simples total	5,2	0,2	5,3	4,0	3,9
Média ponderada total	6,0	0,8	4,9	3,4	3,2

Fonte: Hofman (2000).

Observa-se nitidamente comportamentos diferenciados entre dois grupos de países selecionados. Os países que cresceram mais lentamente no período base (Argentina, Chile, Bolívia e Perú), foram os que cresceram mais rapidamente nos anos noventa e neste período, com exceção do Perú, que observou a mesma taxa de crescimento, estas economias cresceram mais rapidamente do que no seu passado. Em média, o crescimento que no período base foi de 4,0% ao ano, se elevou para 5,6% nos anos noventa. No Chile as

taxas de crescimento quase que duplicaram. Os demais países, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Jamaica e México, cresceram mais lentamente no último período do que no período base, e ainda mais lentamente, nos anos noventa, do que os países anteriormente mencionados. A taxa média simples de crescimento esteve em torno de 6,1 no período base e nos anos noventa foi de 2,5%. O Brasil e o México

Com relação ao PIB *per capita*, de uma situação de decréscimo anual no na década de oitenta, a América Latina e o Caribe passaram a observar um crescimento médio de 1,7% nos oito primeiros anos da década de 90. Dentre os países selecionados apenas a Colômbia, apresentou taxa inferior nos anos 90 com relação à década anterior. As taxas de crescimento apresentadas pelo Chile, República Dominicana, Uruguai e Panamá foram relativamente altas. Dessa forma as variáveis macroeconômicas inflação e PIB acusaram resultados satisfatórios a partir dos ajustes. Porém a análise de outros indicadores econômicos não revelam o mesmo sucesso conseguido pela estabilidade (Pires, 2000).

Como vimos, no decorrer da década de noventa, vários países latino-americanos empreenderam políticas bem sucedidas de estabilização monetária, após passarem por períodos caracterizados por inflação crônica elevada. Casos exemplares são os da Argentina, Brasil, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Uruguai, enquanto outros países como Bolívia e Chile conseguiram reduzir drasticamente seus índices inflacionários ainda na década de oitenta. As características do ajuste não diferiram muito entre os países, baseando-se fundamentalmente no atrelamento da moeda nacional ao dólar (muitas vezes com viés de valorização), liberalização de importações, acompanhada, com maior ou menor intensidade, de políticas fiscais e monetárias restritivas, bem como de maiores facilidades aos fluxos de capitais externos.

Esta maior abertura da economia aos fluxos de comércio teve como objetivo, estabelecer um teto para o aumento dos preços dos *tradeables* e paralelamente promover a elevação da produtividade e da competitividade da produção nacional. A estratégia de maior abertura comercial combinada com valorização cambial só poderia ser viabilizada mediante maior afluxo de capitais externos, tendo em vista o impacto negativo sobre o saldo em conta corrente, tornando-se indispensável a elaboração de políticas consistentes para sensibilizar os investidores externos. O déficit em conta corrente dos países latino-

americanos que em 1997 já havia alcançado US\$ 64 bilhões, saltou para mais de US\$ 84 bilhões no ano seguinte. Os impactos de tais políticas revelaram-se fortemente instabilizadores do ponto de vista do crescimento econômico, obrigando, em boa parte dos países, a profundas inflexões nas políticas de demanda agregada, ao mesmo tempo em que permitiu desviar parcela expressiva da demanda doméstica para as importações e deprimir as vendas externas.

Um outro aspecto relevante associado ao ajuste estrutural do setor público no período consistiu no processo de privatização. Uma das características marcantes da industrialização nos países retardatários foi a intensa participação do setor público na constituição de setores chaves da economia. Tal intervenção revelou-se fundamental para o sucesso relativo do processo de industrialização latino-americano em décadas anteriores, ao ensejar o suprimento de vários insumos e infra-estrutura imprescindíveis à indústria nacional (Pires, 2000). Esta concepção, na América Latina, começa a ser questionada ainda nos anos 70 no Chile e ainda se faz timidamente presente na década de 80, em alguns outros países da região. No entanto, nos anos 90 a perspectiva será essencialmente diversa, ao atribuir ao Estado e suas diversas facetas intervencionistas um caráter pernicioso à retomada sustentada do crescimento econômico equilibrado.

Tabela 2
Valor das Privatizações em países selecionados da América Latina e Caribe
1990-1998

Países	(US\$ Milhões Correntes)								
	Anos								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	2.139	1.896	5.312	4.589	1.441	1.340	1.033	969	598
Brasil	---	1.564	2.451	2.621	1.972	910	3.752	17.400	36.600
Chile	29	117	21	---	203	3	579	12	186
Colômbia	117	105	27	4	681	138	1.476	3.180	470
México	3.580	10.716	6.799	2.507	771	---	---	84	581
Peru	---	3	208	317	2.578	946	2.460	421	462
Venezuela	10	2.276	30	32	15	21	2.090	1.505	174
América Latina e Caribe	5.876	16.702	14.886	10.179	8.529	3.433	11.458	24.408	42.461

Fonte: CEPAL, 1999. Extraído de Pires (2000).

Como podemos observar a partir da Tabela 2, o processo de privatização que se acelerou grandemente em 1991 em virtude, principalmente, da aceleração das privatizações no México e Argentina, apresenta uma desaceleração em meados da década até 1995. A partir de 1996 nova retomada é observada, a partir dos valores substanciais associados às privatizações brasileiras. Nesta segunda metade da década, o aumento dos valores também se deve à intensificação das vendas de empresas estatais no Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Em 1998, os principais setores nos quais ocorreu a privatização foram: Telecomunicações (61%), Elétrico (30%), Transporte (4%), Bancário (2%) e Outros (3%).

Concomitantemente ao processo de privatização a década de oitenta intensificou os debates sobre a necessidade de redução do gasto público. No que se refere ao desempenho relativo ao ajuste das contas públicas, a maioria dos países latino-americanos apresentou um desempenho negativo nos anos 90, como podemos constatar na tabela 3, na seqüência.

Tabela 3
Evolução dos gastos públicos em países selecionados da América Latina e Caribe
1991-1998

PAÍSES	Evolução (%a .a .)							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
América Latina e Caribe	-0,6	-1,4	-1,3	-1,9	-1,7	-1,3	-1,4	-2,4
Argentina	-1,6	-0,1	1,4	-0,2	-0,6	-1,8	-1,4	-1,4
Bolívia	-4,3	-4,4	-6,1	-3,0	-1,8	-2,0	-3,4	-4,1
Chile	1,5	2,3	2,0	1,7	2,6	2,3	1,9	0,7
Colômbia	0,0	-0,1	0,3	2,6	-0,5	-2,0	-3,6	-3,4
Costa Rica	-3,1	-1,9	-1,9	-6,9	-4,4	-5,2	-4,0	-2,9
El Salvador	-3,2	-2,1	-1,5	-0,8	-0,5	-2,0	-1,1	-1,6
México	-0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,2	-0,1	-0,4	-1,4
Panamá	-2,5	-1,3	0,5	-0,7	0,7	-1,7	-0,6	-4,0
Rep. Dominicana	3,2	3,6	0,2	-0,8	0,6	-0,4	0,8	-0,6
Uruguai	1,3	1,5	-0,8	-2,5	-1,3	-1,2	-1,3	-1,2

Fonte: CEPAL, 1998

Considerando-se dezenove países latinoamericanos, o resultado apresentado pela CEPAL mostra uma ampliação do déficit público de 0,6% do PIB em 1991 para 2,4% em 1998. Apesar da necessidade de redução do déficit público, apontada como um dos principais componentes da política governamental, apenas dois países apresentaram reduções importantes nesse indicador: El Salvador e Peru. Na Argentina, Bolívia, Costa Rica e Honduras, a situação fiscal permaneceu praticamente inalterada e em todos os

demais países observaram-se pioras efetivas nos indicadores de evolução do setor público, particularmente com expressiva piora constatada para os casos do Brasil, Colômbia, Equador, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Estes resultados adversos se relacionaram, de um lado, à expansão dos encargos financeiros e de alguns outros gastos alheios aos controle das autoridades governamentais (como os previdenciários, por exemplo) e às resistências políticas, legítimas e ilegítimas, que se antepuseram às propostas concretas referentes a cortes nos dispêndios públicos.

Com relação ao dispêndio social, é interessante observar, o impacto das mudanças operadas no âmbito da política fiscal nos anos noventa sobre a área social, através de dados compilados pelo Fundo Monetário Internacional em sua publicação anual (IMF, 1998). São delimitadas como sendo sociais, para efeito da análise, as despesas com educação, saúde e seguridade social e bem-estar. No que diz respeito à participação das três áreas sociais no total do gasto público foi identificado um aumento nesse indicador em nove entre dez países selecionados. Verifica-se, considerando o período como um todo, de ponta a ponta, que apenas o Panamá apresentou decréscimo na participação dos gastos totais com os itens acima enunciados.

Como observa Pires (2000), à primeira vista, seria possível considerar-se que há, para a América Latina, uma coerência entre o discurso liberal a respeito da preservação e ampliação do gasto social adotada nos países latinoamericanos e a prática destes países; no entanto, um exame pouco mais apurado dos dados revela algumas divergências notáveis. Em primeiro lugar, nota que se forem descontadas as despesas afetas ao sistema de seguridade social e bem-estar, pelo seu caráter fortemente inercial em virtude de condicionantes legais, é observado que os gastos com saúde e educação no período como um todo reduziram-se em três países: Panamá, Argentina e Costa Rica. Em segundo lugar, salienta o caráter errático dos gastos sociais para a maioria dos países, que impede que se constate um padrão definido de política social, que tenha sido utilizado como anteparo à crise de emprego que se instalou na América Latina. As únicas exceções são apresentadas pelo Chile, Uruguai e República Dominicana, países ampliaram sistematicamente a participação dos dispêndios sociais no gasto total em praticamente todo o período de análise.

Por outro lado, Pires assinala também que os países que apresentam melhor desempenho em termos da expansão do dispêndio social correspondem àqueles que, já registravam uma despesa relativa pequena com o pagamento de juros, e promoveram reduções adicionais nestas despesas durante a década de noventa. Destacam-se neste sentido o Chile, que chegou a despendar 9,52% de seu orçamento com juros em 1990, atingindo 10,29% no ano seguinte, reduziu continuamente tal despesa nos anos subsequentes, alcançando 2,10% em 1997 e subindo tal percentual a 3,08% em 1998. Também no Uruguai, o gasto com juros, que no início da década de noventa apresentava-se em torno de 8,11% do dispêndio total, em 1998 havia decrescido para 4,71% . Também notável é o caso da República Dominicana, onde os juros chegaram a representar 7,76% do orçamento em 1993, e declinaram para menos da metade, ou seja, 3,10%, em 1997. No caso do México, este modelo é evidente: o país que comprometia 45,02% de seu orçamento com juros em 1990, o volume de dispêndios na área social respondia por apenas 29,42% do gasto total. Sete anos depois, tendo reduzido a parcela dos juros para 13,70% o gasto social ascendeu a 43,61% do orçamento. Em 1994, o auge da participação do dispêndio social coincide com a menor proporção dos juros no gasto total.

Nos demais países, um desempenho insatisfatório no que respeita à área social não pode ser atribuído exclusivamente à expansão dos dispêndios com juros. Foi observado, em importantes países latino-americanos como a Colômbia, Argentina, Bolívia, El Salvador e Costa Rica, que no período como um todo, que se verificou simultaneamente uma expansão da participação das despesas sociais e dos juros, graças particularmente ao ajuste nas despesas com salários e ordenados, que se reduziram em termos relativos para todos os países mencionados.

O país que se destaca entre os demais latino-americanos pela maior abrangência e qualidade de sua política social, a Costa Rica apresenta dados que revelam que o aumento do comprometimento do orçamento com o pagamento de juros, de 12,10% em 1990 para 19,90% em 1996, acompanhado da virtual estabilização do gasto social, de 59,04% para 59,38%, no mesmo período, foi possível em detrimento não só do dispêndio salarial, como já anotado, mas também da redução operada nas áreas de educação e saúde, que viram sua participação conjunta declinar de 45,24% em 1990 para 38,91% em 1996, embora este

percentual ainda se situasse em patamar bem superior ao evidenciado para a total da América Latina.

Uma pesquisa (Mostajo, 2000) revela o impacto dos gastos sociais sobre a distribuição de renda nos anos noventa, para quatro países dos acima mencionados: Argentina e Chile (de alto crescimento), Brasil e Colômbia (de baixo crescimento) (Tabela 4).

Tabela 4

Impacto dos gastos sociais sobre a distribuição de renda na década de noventa.

País (ano)	Renda do quintil superior/Renda do quintil inferior		Aumento na renda do quintil inferior (%)
	Exclui gasto social	Inclui gasto social	
Argentina (1998)	14,2	6,1	142,2
Brasil (1994)	24,6	12,6	97,6
Chile (1996)	14,8	8,9	68,0
Colômbia (1992)	11,0	7,9	41,2
Média simples	16,2	8,9	87,3

Fonte: Mostajo (2000).

Os efeitos sobre as renda são consideravelmente diferenciados e superiores para os países de alto crescimento, com uma média em torno de 87%, porém com uma gama que se estende de 41% para a Colômbia, a 142% para a Argentina. A pesquisa revela que o cálculo do equivalente monetário dos benefícios fornecidos dos programa sociais, acrescentado à renda das famílias teve um impacto significativo sobre os 20% mais pobres da população destes países. Por exemplo os benefício sociais eram responsáveis por 31% do consumo total deste quintil na Colômbia e 54% na Argentina. Estes gastos também tiveram impacto positivo sobre a distribuição de renda reduzindo a defasagem entre os quintis de renda superior e inferior. No entanto, de uma maneira geral a concentração de renda na América Latina, incluindo os gastos sociais, ainda permanece muito acima do que os países europeus e asiáticos do mesmo nível de Renda Média (conforme definidos pelo Banco Mundial).

3. Impactos do ajuste econômico sobre o emprego e a segmentação do trabalho

Os impactos da globalização econômica sobre as economias em desenvolvimento da América Latina também revelaram tendências diversas devidas às especificidades de cada região, com relação à estrutura produtiva setorial, à disponibilidade de recursos humanos e

de poupança que possibilitassem a introdução de tecnologias mais avançadas, ao grau de inovação tecnológica de sua base econômica, bem como à disponibilidade de infra-estrutura que possibilitasse economias de aglomeração e a exploração de suas vantagens comparativas. Tendo em vista a necessidade de conciliar simultaneamente a competitividade internacional com o processo de estabilização econômica, a partir de uma situação de desigualdades nos níveis sócio-econômicos de desenvolvimento, a dinâmica de evolução dos países latinoamericanos apresentou nos anos 80 e 90 diferentes velocidades e intensidades em cada espaço.

O processo de globalização mundial causou, nos anos mais recentes, mudanças significativas tanto nas economias desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento que incluem: a) internacionalização crescente das atividades econômicas materiais e intangíveis; b) a reorganização das firmas dominantes; c) aumento da integração das atividades manufatureiras com as de serviços; d) impactos do uso crescente da tecnologia microeletrônica; e) crescente demanda por força de trabalho mais qualificada, enquanto trabalho mais rotineiros foram sendo substituídos pela mudança técnica; f) crescente complexidade e volatilidade do consumo; e g) uma mudança no papel do governo e da intervenção governamental sobre a sociedade e a economia.

Embora comparativamente às economias avançadas estas mudanças tenham ocorrido com menor velocidade nos países menos desenvolvidos latinoamericanos, os impactos sobre o mercado de trabalho não deixaram de ocorrer com grande intensidade. Para cada nível de desenvolvimento econômico, verificou-se padrões específicos de reestruturação produtiva e organizacional no período, como resultado da modernização tecnológica e organizacional das empresas. As organizações empresariais na busca de competitividade tiveram que lidar com transformações na tecnologia e na planta de suas instalações, com mudanças na natureza da qualificação do trabalho envolvido, com novos processos de organização e de relações de trabalho, bem como com novas características da processo produtivo (produção não-contínua e limitadas economias de escala). Por outro lado, as inovações técnicas afetaram a natureza do produto (na intensificação de serviços intangíveis e nas características do produto), do consumo (através de formas inusitadas de distribuição do produto, do papel interativo do consumidor e da organização do consumo) e

também dos mercados (inovações na organização dos mercados na regulação e nos instrumentos de *marketing*) (Kon, 2000).

O ambiente internacional influenciou de várias maneiras o impacto das reformas econômicas sobre o desempenho de cada sociedade. O valor das exportações latinoamericanas no período após a segunda guerra apresentou uma tendência crescente, embora a participação da região no contexto mundial tenha decrescido até os anos 90. No entanto, a crescente participação nesta última década é resultado das reformas econômicas embora o crescimento das exportações não tenha sido acompanhado pelo crescimento do produto (em volume e em valor); além do mais, a velocidade de crescimento das importações foi superior conduzindo à ampliação do déficit comercial destes países, que tiveram que ser financiados por capital externo. Os fluxos de capital também aumentaram rapidamente e neste caso, a participação da América Latina no contexto mundial aumentou relativamente. Estas tendências são visualizadas tanto nos fluxos financeiros quanto nos investimento produtivos diretos, embora os primeiros tenham crescido mais intensamente. Estes fluxos financeiros apresentaram volatilidade nos anos 90, com ciclos mais frequentes de elevações e decréscimos. A alta volatilidade e a incerteza resultante desencorajou consideravelmente os investimentos direto cruciais para as reformas, o que retardou a consecução da estabilização em algumas economias.

Algumas políticas macroeconômicas empreendidas visando a estabilização e outras medidas de reformas mostraram-se consistentes com os objetivos de desenvolvimento, conduzindo à abertura de oportunidades nacionais e internacionais para as empresas locais, embora em muitos casos aumentassem as pressões financeiras externas. Resultaram em diminuição e contenção da elevação das taxas inflacionárias e do déficit fiscal.

Algumas inconsistências foram encontradas em outro âmbito, como a apreciação da moeda local que tornou as importações mais baratas e as exportações mais custosas, desestimulando alguns setores produtivos exportadores, além de aumentar o déficit comercial externo. A liberalização financeira e as políticas monetárias de estabilização, por sua vez, também levaram a inconsistências, desde que levaram as taxas de juros a níveis consideravelmente mais elevados que os internacionais, no sentido de atrair capitais financeiros, resultando em dificuldades de financiamento das empresas para a

reestruturação produtiva e mesmo para a obtenção de capital de giro. Uma outra dificuldade comum dos países latinoamericanos se prendeu à política fiscal destinada a diminuir os déficits fiscais que exacerbaram as deficiências sociais. Os gastos sociais declinaram na maior parte dos países latinoamericanos na década de 80, porém alguns países retomaram estes gastos com maior intensidade na década seguinte (CEPAL, 1999 a).

Nos dois anos finais da década de 90, a crise financeira internacional foi o fator determinante das tendências econômicas dos países latinoamericanos, desde que implicou em decréscimo das entradas de capitais externos e aumento do volume de pagamentos ao exterior, que se traduziu em uma transferência líquida negativa de recursos da região, revertendo a tendência desde o ano de 1990. Em muitos países, o comércio intraregional (América do Sul) diminuiu, resultando em queda da renda gerada com exportações. As diferenças entre os países foi considerável, salientando-se particularmente que as sociedades que mantêm vínculos mais estreitos com a economia norteamericana, como o México e os países da América Central e Caribe, através das maquiladoras, comércio de outros produtos agropecuários e manufaturados e turismo, revelaram crescimento moderado ou alto. Nestes países, as taxas de emprego apresentaram maior dinamismo, embora na maioria dos demais países latinoamericanos as taxas se contraíram. Ao contrário, os países sulamericanos que se caracterizam por concentrarem a exportação de produtos básicos e um comércio intrarregional de produtos industriais, tiveram desempenho desfavorável. No entanto, após a estabilização a inflação se manteve sob controle em torno de 10% em média, apesar da depreciação de várias moeda e ainda os ganhos em salários reais se mantiveram (CEPAL, 1999b).

As reformas econômicas empreendidas em momentos diferenciados nos países latinoamericanos, particularmente a liberalização das importação, a privatização e a política de atração do capital ao exterior, tiveram um impacto positivo sobre o crescimento econômico, embora não muito significativo. Estes efeitos positivos se elevaram no decorrer do tempo, e os resultados se mostraram em média mais evidentes após 3 ou 4 anos das reformas, do que em período posterior. Os países que adotaram políticas mais agressivas apresentaram crescimento mais rápido na década de 90 (Stallings e Peres, 2000).

Observou-se que um dos indicadores econômicos a apresentar pior desempenho nos anos noventa, para a maioria dos países da América Latina e Caribe foi a taxa de desemprego urbano. A média ponderada dos dados disponíveis para vinte e dois países aponta um crescimento praticamente contínuo entre 1991 e 1998, passando de 5,8% para 7,9%. Deste total de nações, dez apresentaram decréscimos nesse indicador e em doze houve elevação da taxa de desemprego, com destaque para o aumento observado nos três principais países da região: Brasil, México e Argentina. Apesar da redução operada na segunda metade da década de noventa, desde que o auge dos índices de desemprego ocorreu em 1995, a Argentina e México ainda apresentaram em 1998 taxas superiores às do início da década.

Salienta-se que a Colômbia foi o país a apresentar as maiores taxas de aumento na década e alguns países em que se constataram quedas no desemprego, as taxas se encontravam em patamares extremamente elevados, como na República Dominicana e Panamá. A expansão do desemprego no período deveu-se particularmente às políticas restritivas da atividade econômica em busca da estabilização.

Embora entre os objetivos das reformas estava um impacto positivo sobre o emprego através do crescimento mais rápido do produto e da distribuição de renda, no entanto, isto não se verificou a curto ou médio prazo, como consequência das políticas de estabilização na América Latina. Pesquisa empreendida por Weller (2000) mostra uma média de crescimento anual do PIB de 1,2% no período de 1980 e de 3,7% de 1990-97 e a média das elasticidades do emprego em relação ao produto nos anos 90 não se diferenciaram das do período 1950-90.

Tabela 5

Crescimento do emprego por setor na América Latina – 1990-97* (%)

Setor	Crescimento do emprego	Contribuição ao total
Agricultura	-0,9	-11,1
Indústria Manufatureira	1,2	9,0
Construção	2,8	8,4
Comércio, restaurantes e hotéis	3,5	30,9
Eletricidade, gas e água, Transportes e Comunicações	4,9	12,0
Atividades financeiras	6,8	14,0
Atividades sociais e serviços sociais	2,8	40,3
Outras	-3,2	-3,5
Total	2,0	100,0

Fonte: Weller (2000). * Média ponderada para países selecionados.

Isto significa que os impactos das reformas nesta última década não afetaram positiva ou negativamente a relação entre o crescimento do PIB e a criação de emprego a longo prazo, mas pelo contrário, as baixas taxas de crescimento do produto levaram a uma criação de emprego mais lenta.

Como se observa na Tabela 5, observou-se uma heterogeneidade nas taxas de crescimento do emprego entre os vários setores de atividades para a América Latina. A média total apresentada foi consideravelmente baixa, em torno de 2% ao ano, particularmente nos setores altamente intensivos em trabalho. Primeiramente a agricultura e o setor formal das indústrias manufatureiras começaram um processo de modernização que implicou no uso mais intensivo de capital, o que afetou negativamente a criação de empregos em alguns setores de maior crescimento do produto, como nos setores de *commodities* e na indústria automobilística. Em outras indústrias tradicionais o emprego também declinou, com exceção do caso das *maquilas* no México, que operaram em condições diferenciadas do resto das economias. Nos serviços a heterogeneidade se ampliou: foram criados empregos de alta qualificação em setores de telecomunicações e atividades financeiras, enquanto que os setores formais de serviços pessoais e sociais observaram baixas taxas de crescimento, que se deslocou para os setores informais de baixa produtividade.

As causas do lento crescimento da criação de empregos foram atribuídas à contradição entre as reformas, que se basearam em modelos de crescimento dirigidos à exportação, e as políticas macroeconômicas que superavaliaram as taxas cambiais. Além do mais, a experiência de comparações internacionais revela que as vantagens comparativas dos países latino-americanos em geral, residem nos recursos naturais, e não no trabalho de baixa qualificação e menores salários. Isto teve repercussões pelas mudanças dos preços relativos dos fatores de produção, que ocorreram quando a liberação do comércio exterior para estes países reduziu drasticamente o custo relativo dos bens de capital (Stallings e Peres, 2000).

O lento crescimento da oferta de empregos nos anos noventa foi acompanhado por uma mudança qualitativa importante: primeiramente verificou-se uma intensificação da transferência de trabalhadores do mercado formal para o informal de trabalho — seja em

microempresas, em trabalhos por conta própria ou no serviço doméstico — que apresenta majoritariamente trabalho com baixa produtividade e baixas remunerações, sem benefícios legais. Dados da Organização Internacional do Trabalho informam que cerca de 60% das novas oportunidades de trabalho ocorreram no mercado informal, sendo mais prevalentes no Brasil, onde os postos de trabalho no setor formal decresceu em termos absolutos, e na Colômbia. Na Argentina e no Chile o trabalho informal é menos representativo.

É observado que a expansão do produto é fortemente correlacionada com a geração de emprego no decorrer do desenvolvimento destes países latinoamericanos e o fraco crescimento das taxas de produto nas décadas de 1980 e 1990, em comparação ao período de 1950-80, foram responsáveis por grande parte da baixa criação de empregos ao lado do padrão instável de crescimento do produto (Stallings e Peres, 2000). Por outro lado, as próprias políticas de estabilização delinearão um lento crescimento econômico como parte da contenção da inflação.

São examinado em seguida os impactos da estabilização através de informações estatísticas para países selecionados da América Latina. Os países da América Latina classificam-se, de acordo com o Banco Mundial, entre os que apresentam níveis de desenvolvimento caracterizado por Renda Baixa e Média, não constando nenhum exemplo de sociedade com *renda per capita* com nível de desenvolvimento característico das economias industrializadas (World Bank, 1996).

O exame de alguns indicadores da divisão de trabalho dos países latinoamericanos, mostra que a situação dos países de nível superior de desenvolvimento apresentam características muito diferenciadas das sociedades de grau inferior de *renda per capita*, onde a participação feminina no mercado de trabalho e o grau de escolaridade apresentam-se consideravelmente abaixo. Embora a observação destes indicadores não permita conclusões acerca das causas específicas de sua evolução, é possível constatar-se um comportamento semelhante, que permite delinear um perfil mais próximo das sociedades latinoamericanas entre si e que por outro lado apresenta diferenças consideráveis em relação aos demais países mais avançados.

Como é visualizado na Tabela 6 (a tabela agrupa países selecionados da América Latina, de acordo com o nível de *renda per capita*, conforme classificados pelo Banco

Mundial) uma característica semelhante à maior parte dos países latinoamericanos selecionados de Renda Média (com exceções da Bolívia, El Salvador, Panamá e México) resultante é o aumento das taxas de desemprego nos anos noventa, como

Tabela 6
Indicadores de emprego em países selecionados da América Latina

(%)

Países	Desemprego Urbano		Taxa de Participação*		Taxa Cresc. Anual da Força de Trab.		Trabalho infantil**	
	1991	1999	1991	1998	1980 1990	1990 1997	1980	1997
Renda Baixa								
Honduras	7,4	5,4	48,6	53,1	3,6	3,8	14	8
Renda Média Baixa								
Bolívia	5,8	4,5	2,6	2,6	19	13
Colômbia	10,2	10,2	59,3	62,7	3,9	2,7	12	6
Costa Rica	6,0	6,2	52,2	53,8	3,8	2,5	10	5
El Salvador	7,9	7,6	...	50,9	1,7	3,6	17	15
Equador	8,5	15,1	56,8	58,4	3,5	3,1	9	5
Guatemala 4,0	5,9 ^a	2,9	3,4	19	15
Panamá	19,3	14,0	57,5	62,2	3,0	2,5	6	3
Paraguai	5,1	7,2 ^a	2,9	2,9	15	7
Peru	5,9	9,2	3,1	3,1	4	2
Renda Média Alta								
Argentina	6,5	14,5	40,9	45,6	1,3	2,1	8	4
Brasil	4,8	7,7	61,1	58,2	3,2	1,7	19	15
Chile	8,2 ^b	10, 1 ^b	52,7	54,4	2,7	2,1	0	0
México	2,7	2,6	53,3	56,5	3,5	2,8	9	6
Uruguai	8,9	11,2	57,4	57,5	1,6	1,0	4	2
Venezuela	9,5	15,4	60,2	65,2	3,6	3,0	4	1

Fontes: CEPAL, 1999b e World Bank, 1999

* Taxa de participação= proporção da população em idade de trabalhar exceto na Argentina, onde é calculada como proporção da população total

** Crianças de 10-14 anos- percentual sobre o grupo de idade.

a =1998; b = total nacional

impacto por um lado das políticas de estabilização que levou à contração da atividade econômica, e por outro lado da reestruturação produtiva que lentamente se iniciou, através da maior incorporação de processos produtivos e organizacionais economizadores de mão-de-obra.

Por outro lado, com exceção do Brasil, todos os países revelaram aumento na taxa de participação, não como resultado do aumento da absorção de mão-de-obra, como vimos, mas como necessidade de complementação da renda familiar. A taxa de crescimento anual da força de trabalho, que é resultante do crescimento populacional das décadas anteriores bem como das transformações na pirâmide etária, mostra decréscimo na década de noventa

em relação à anterior nas sociedades de Renda Média Alta, com exceção da Argentina que surpreendentemente apresenta taxas médias superiores, talvez como resultado de diferenças no conceito de força de trabalho. Este decréscimo indica um grau de modernização cultural das sociedades, que observaram decréscimo nas taxas de aumento vegetativo da população e por outro lado uma diminuição considerável do trabalho infantil que, como é possível observar-se, se verificou também nos demais países de grau inferior de desenvolvimento. O decréscimo das taxas anuais de crescimento da força de trabalho, também se verificou na maioria dos outros países selecionados, excetuando-se Honduras, El Salvador e a Guatemala.

A distribuição da população ocupada nas zonas urbanas e rurais apresentada na Tabela 7 permite examinar mudanças na composição dos trabalhadores segundo a posição na ocupação como consequência das políticas de estabilização e da reestruturação produtiva, embora não seja possível com estas informações separarem-se os efeitos dos dois componentes.

Observa-se de um modo geral que na zona urbana, dos países selecionados de menor nível de desenvolvimento concentram relativamente, nas décadas de 1980 e 1990, uma participação mais elevada de trabalhadores por conta própria e não remunerados. Nos países que empreenderam reformas, esta representatividade aumentou na década de 90 na Colômbia, Brasil, Venezuela e Costa Rica, e diminuiu no México, Argentina e Chile. Por outro lado, no Chile, México, Colômbia e Costa Rica a participação de empregadores aumentou, mostrando taxas ligeiramente inferiores no Brasil, Argentina e Venezuela. A distribuição ocupacional revela um volume percentual

Tabela 7
Distribuição da população ocupada na em países selecionados da América Latina (%)

Países	Zona Urbana			Zona Rural		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Renda Baixa						
Honduras						
1990	1,5	65,5	33,0	0,5	34,9	64,6
1997	6,3	60,4	33,4	2,6	34,8	62,6
Renda Média Baixa						
Colômbia						
1980	4,0	69,6	26,4
1990*	4,2	69,5	26,3	4,5	54,2	41,3
1997	4,4	62,2	33,4	4,2	50,6	45,1
Costa Rica						
1981	3,9	77,3	18,7	3,3	70,0	26,7
1990	5,5	74,8	19,7	5,1	66,2	28,7
1997	7,7	72,4	19,8	7,1	67,8	25,2
El Salvador						
1990**	3,4	62,9	33,7	6,0	49,6	44,3
1997	5,7	61,9	32,5	4,0	50,9	45,1
Equador						
1990	5,0	58,9	36,1
1997	7,8	59,1	33,1
Guatemala						
1986	4,5	62,1	33,3	0,5	39,8	59,7
1989	2,6	63,8	33,6	0,5	38,3	61,2
Panamá						
1979	2,1	80,6	17,3	0,7	40,1	59,2
1991	3,4	73,1	23,5	2,9	39,1	58,0
1997	3,3	77,1	19,7	2,2	46,1	51,6
Paraguai						
1986	7,7	65,4	26,9
1990	9,2	66,3	24,5
1996	7,0	62,3	30,7
Renda Média Alta						
Argentina						
1980	5,5	69,2	25,3
1990	5,4	69,2	25,4
1997	5,3	73,3	21,5
Brasil						
1979	4,4	75,4	20,2	2,8	38,0	59,2
1990	5,2	72,0	22,8	3,0	44,3	52,7
1996	4,2	68,4	27,3	1,8	34,3	63,8
Chile						
1980
1990	2,5	73,8	23,7	2,8	64,8	32,4
1996	3,9	76,4	19,7	2,4	64,2	33,3
México						
1984	2,6	71,9	25,5	0,9	48,3	50,8
1989	3,3	76,4	20,3	2,5	50,2	47,3
1996	4,5	73,5	22,3	5,1	48,1	46,7
Uruguai						
1981	4,6	76,7	18,7
1990	4,5	74,2	21,3
1997	4,3	72,0	23,8
Venezuela						
1981	6,0	75,0	19,0	6,8	47,6	45,6
1990	7,5	70,0	22,5	6,9	46,6	46,5
1997	5,0	62,8	32,3	7,6	47,6	44,8

Fontes: CEPAL, 1999b. Notas: (1) Empregadores; (2) Assalariados; (3) Conta Própria e não remunerados.
 ... = dados não disponíveis; * zona rural, dados de 1994; ** zona rural, dados de 1995;

baixo de empregadores, o que é resultado do número mais significativo de grandes empresas oligopolistas e elevada concentração de capital nas indústrias e entre empresas, embora o número de microempresas tenha crescido.

Na zona rural a parcela de trabalhadores por conta própria é consideravelmente alta em quase todos os países selecionados, situando-se entre 40% e 65%, com exceção da Costa Rica e do Chile (entre 25% e 33%). No entanto, a representatividade aumentou mais consideravelmente na década de noventa apenas no Brasil. A distribuição ocupacional mostra uma estrutura de grandes propriedades, desde que a participação de empregadores é pouco significativa, sendo um pouco mais elevada apenas na Venezuela e em El Salvador. Nos dois últimos anos da década de noventa, a situação ocupacional que apresentou maior deterioração desde meados da década (e que apresentou uma recuperação transitória em 1997) se aprofundou, como resultado da difícil conjuntura econômica internacional retratada pela crise financeira asiática.

Para países como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia Equador, México Uruguai e Venezuela, a taxa de ocupação média observou uma queda considerável. Nestes últimos anos diminuiu a proporção de assalariados empregados na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador, particularmente na indústria da construção Civil. Por outro lado em países como o México, e alguns centroamericanos e do Caribe, o emprego foi favorecido, estimulado pelos vínculos com a economia norteamericana, aumentando tanto a proporção dos assalariados, quando as oportunidades de novos postos de trabalho na indústria manufatureira e de construção (principalmente no México) De uma forma global, no final da década de 90, a taxa média de desemprego da região latinoamericana atingiu seu nível mais elevado, elevando-se de 8% para 8,7% no ano. O maior aumento verificou-se na Argentina, Chile, Colômbia Equador e Venezuela, ao passo que no Brasil e México a taxa se manteve constante (CEPAL, 1999 a).

3. A divisão de trabalho entre os gêneros na América Latina

Da observação de indicadores da participação da força de trabalho segundo o gênero para países selecionados da América Latina (de acordo com a disponibilidade de informações), é possível observar-se características específicas desta distribuição relacionadas ao nível de desenvolvimento da sociedade. A Tabela 8 apresenta dois destes indicadores: a) a participação da força de trabalho de cada gênero sobre a população total do gênero; e b) a participação da força de trabalho do gênero em relação à força de trabalho total.

Tabela 8
Participação da força de trabalho segundo sexo de países selecionados da América Latina (%)

Países	FTG/PTG.		FTG/FT	
	H	M	H	M
Renda Baixa				
Guiana	81,2	39,3	66	34
Honduras	86,4	34,7	70	30
Renda Média Baixa				
Bolívia	75,8	52,8	56	44
Colômbia	82,3	51,6	57	43
Costa Rica	84,0	36,0	70	30
El Salvador	82,2	43,6	61	39
Equador	83,3	29,3	73	27
Guatemala	91,9	29,4	74	26
Panamá	80,1	41,4	66	34
Paraguai	89,3	56,4	57	43
Peru	79,4	49,5	60	40
Renda Média Alta				
Argentina	82,4	47,1	63	37
Brasil	84,9	52,5	60	40
Chile	75,2	33,9	68	32
México	84,0	37,0	68	32
Porto Rico	70,1	39,9	59	41
Uruguai	84,7	57,6	57	43
Venezuela	84,1	43,7	66	34

Fontes: OIT, *Year Book of Labor Statistics* (1991-1996); OCDE, *Labor Force Statistics 1974-94*; World Bank, *World Development Report 1995-1996*.

Nota: FTG/PTG. = Participação da força de trabalho do gênero/população total do gênero; FTG/FT = Participação da força de trabalho do gênero/ força de trabalho total; H = Homens; M = Mulheres.

A participação da força de trabalho do gênero sobre a população total do gênero, revela primeiramente que para todos os países, de vários níveis de desenvolvimento a participação dos homens que trabalham em relação à população total masculina é sempre superior à participação das mulheres que trabalham em relação à população total feminina, acompanhando a tendência mundial. Da população total masculina, uma média de 82% (entre 70% a 92%) participa na força de trabalho em todos os grupos de países, sem diferenças notáveis quando se compara com o nível de desenvolvimento. No entanto, no caso das mulheres, as diferenças são mais consideráveis, desde que é possível encontrar-se situações extremas em que apenas 30% do total da população feminina é trabalhadora, (principalmente em países de Renda Média Baixa) ou em que cerca de 50% a 75% das mulheres trabalham (em países de Renda Média Baixa e Renda Média Alta), além de uma gama diversificada de situações intermediárias.

Quando se examina a representatividade de cada gênero no total da força de trabalho, verificam-se variações que se situam em uma participação média dos homens de 59% (entre 50% a 74%), tendo como contrapartida uma média em torno de 37% para as mulheres (entre 27% a 50%). Estes resultados, quando comparados a outros países industrializados, mostram que a população feminina na América Latina apresenta uma participação consideravelmente inferior no mercado de trabalho. No entanto, não existe correlação entre o nível de desenvolvimento do país e o grau de participação feminina.

O exame da participação da força de trabalho segundo idade e sexo, para este conjunto de países segundo grupos de *renda per capita*, conforme retratado na Tabela 9, permite observar uma maior diversidade de comportamento entre os países, particularmente no que se refere à força de trabalho feminina. Para o grupo etário entre 15 e 64 anos, que consiste, na maior parte dos países, a uma aproximação do conceito de abrangência da População Economicamente Ativa, a participação dos homens na força de trabalho, para os países de todos os níveis de desenvolvimento, se situa entre 75% a 89% do total da população masculina.

Com relação ao grupo de trabalhadores de idade mais jovem, que se situa entre 10 e 19 anos, é constatada também uma representatividade superior de homens, porém com menor homogeneidade. Verifica-se para este gênero, que a participação de adolescentes

homens desta faixa etária na força de trabalho continua sendo consideravelmente superior à da população feminina. Enquanto que a participação masculina destes jovens na força de trabalho se situa em uma gama de 13% a 41%, a das mulheres é mais homogênea e se apresenta entre 6% a 14%. Isto significa que culturalmente, os homens saem mais precocemente para o mercado de trabalho do que as meninas.

Tabela 9
Taxa de participação da força de trabalho segundo idade e gênero de países selecionados da América Latina

Países	(%)			
	15-64 anos		10-19 anos	
	H	M	H	M
Renda Baixa				
Honduras	87	24	41	8
Renda Média Baixa				
Bolívia	78	25	26	12
Colômbia	81	23	18	9
Costa Rica	87	26	28	8
Cuba	84	42	15	7
El Salvador	87	29	33	13
Equador	79	20	24	7
Guatemala	85	19	34	8
Panamá	83	34	22	8
Paraguai	89	24	36	10
Peru	78	26	17	9
Renda Média Alta				
Argentina	80	32	25	13
Brasil	82	33	31	14
Chile	83	33	13	6
México	83	32	26	12
Porto Rico	75	29	13	4
Uruguai	83	39	28	12
Venezuela	81	33	21	6

Fonte: World Bank, *World Development Report 1995*.

Nota: H = Homens; M = Mulheres.

Como se verificou através das visões teóricas anteriormente apresentadas, o papel da escolaridade ou da formação do Capital Humano é considerável para absorção da força de trabalho em empregos de maior qualidade, por um lado, e por outro para o aumento da remuneração dos trabalhadores, produtividade e o aumento do valor adicionado das

economias. Para os diversos grupos de países mundiais, é possível observar-se esta relação, primeiramente quando se constata o grau de analfabetismo (Kon, 1999): as sociedades classificadas pelo Banco Mundial como de Renda Baixa apresentam uma representatividade de analfabetos adultos entre 50% a 70%, os de Renda Média Baixa de 6% a 30%, os de Renda Média Alta de 3% a 18% e as nações industrializadas de menos de 5%.

Considerando-se o mundo como um todo, para a comparação de escolaridade entre os gêneros, se para os países mais desenvolvidos ou de Renda Média Alta o analfabetismo não apresenta diferenças consideráveis entre as taxas, para os países de menor desenvolvimento de Renda Baixa e Renda Média Baixa, a situação dos adultos analfabetos é pior para a população feminina, que em todos os exemplos apresenta maior taxa relativa de analfabetismo. Entre os países de Renda Baixa, com exceção de Sri Lanka, Zimbábue e China onde os percentuais são relativamente mais baixos e se situam respectivamente em 7%, 10% e 10% para homens e em 13%, 20% e 27% para as mulheres, nas demais nações estas taxas se apresentam consideravelmente superiores com uma média de 47% para os homens e 68% para as mulheres.

Examinando-se os indicadores de escolaridade formal segundo o gênero para os diversos grupos de países latinoamericanos apresentado na Tabela 10, é possível observar-se que esta relação entre escolaridade de nível de desenvolvimento, não é tão direta, pois observam-se países de Renda Média Alta (Brasil e México) em que o grau de analfabetismo adulto é superior do que países de Renda Média Baixa (Colômbia, Costa Rica, Panamá, Paraguai). A comparação da situação entre os gêneros, revela em que grande parte dos países, não se constata diferenças neste grau (Colômbia, Costa Rica, Honduras, Argentina Brasil, Chile), porém quando estas diferenças são constatadas, em quase todos os casos o analfabetismo feminino é superior (Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, México), com exceção da situação do Uruguai e Jamaica. Constata-se portanto em muitos países, que nem sempre existe uma relação direta entre educação e remunerações, ou seja, em muitos casos a educação em si nada acrescenta à produtividade do trabalhador em determinado processo produtivo. Além disso, como vimos, algumas pesquisas observam que a relação entre escolaridade, treinamento, experiência de um lado,

e as remunerações de outro, passa por uma série de dispositivos legais, contratuais ou acordos tradicionais, que não são necessariamente atrelados à produtividade.

No que se refere à participação de estudantes de cada grupo específico de idade na educação Primária, as diferenças tanto entre os grupos de países quanto entre os gêneros não são consideráveis, com algumas exceções como Bolívia, El Salvador, Guatemala. No entanto, em quase todas as situações o grau de engajamento masculino é ligeiramente superior.

Tabela 10
Indicadores de Educação segundo o gênero de países selecionados da América Latina
(%)

Países	Estudantes*				Analfabetismo	
	Primária		Secundária		Adulto**	
	H	M	H	M	H	M
Renda Baixa						
Honduras	111	112	29	37	27	27
Renda Média Baixa						
Bolívia (1980)	92	81	42	32	10	24
Colômbia	118	120	57	68	9	9
Costa Rica	106	105	45	49	5	5
El Salvador	79	80	27	30	27	30
Equador	124	122	54	56	8	12
Guatemala	89	78	25	23	38	51
Panamá (1980)	108	105	58	65	9	10
Paraguai	114	110	36	38	7	9
Peru (1980)	117	111	63	54	6	17
Renda Média Alta						
Argentina	108	107	70	75	4	4
Brasil (1980)	101	97	31	36	17	17
Chile	99	98	65	70	5	5
México	114	110	57	58	8	13
Uruguai	109	108	61	62	3	2

Fonte: World Bank, *World Development Report 1996*.

*Participação de estudantes no grupo de idade, 1993 nos níveis de Educação; ** 1995.

Nota: H = Homens; M = Mulheres.

A continuidade da escolarização para o nível Secundário apresenta maior heterogeneidade entre países, e uma relação mais clara entre nível de desenvolvimento e formação de Capital Humano. Para todos os países, o grau de engajamento na escola Secundária é consideravelmente inferior e mais heterogêneo em relação ao nível Primário, e distribuem-se em taxas entre 29% a 75%, as maiores taxas se verificando entre as sociedades de Renda Média Alta. Porém na maior parte dos casos, em todos os níveis de desenvolvimento, a participação feminina é superior (exceto na Bolívia, Guatemala e Peru). Este maior engajamento feminino, se relaciona ao fato mencionado anteriormente, de que ainda nestes países a população masculina se dirige ao mercado de trabalho antes que a feminina.

Considerações finais

Sumarizando as análises de vários autores sobre os impactos das reformas empreendidas desde os anos oitenta nos países latinoamericanos observam-se que: a) as respostas desiguais dos governos e empresas às políticas empreendidas, foram responsáveis pelos resultados diferenciados dos países; b) as condições iniciais dos vários países no momento do início dos processos de estabilização também eram muito diversas, o que afetou ou não a capacidade dos países da consecução de resultados mais significativos; c) em muitos casos os governos introduziram reformas inconsistentes com suas políticas macroeconômicas e sociais; d) as reformas foram incompletas e careceram do apoio institucional necessário para sua complementação; e) os impactos microeconômicos foram lentos, tendo em vista o ambiente de incertezas e de instabilidade macroeconômica; f) os possíveis efeitos positivos das reformas foram com frequência retardados ou reduzidos pelas tendências desfavoráveis da economia internacional, traduzidas pela crise financeira e pela estagnação das atividades econômicas em países avançados; g) os mercados de trabalho apresentaram crescentes problemas de desemprego, bem como de incompatibilidade da disponibilidade de qualificação dos trabalhadores para a modernização (Edwards e Lustig, 1997; CEPAL, 1999a e 1999b; Di Marco, 1999; Stallings e Peres, 2000).

Com relação à questão de Gênero, observa-se no mundo, uma tendência constante ao aumento das taxas de representatividade da mulher no mercado de trabalho. No entanto, diferentemente do que acontece em países mais avançados, nos países latinoamericanos em desenvolvimento, este aumento se deve apenas em parte às mudanças culturais, demográficas e econômicas voltadas à modernização social e ao desenvolvimento econômico, pois verifica-se também que mesmo em períodos de crises sócio-econômicas conjunturais a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar. De qualquer forma, as condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que o trabalho da mulher não depende apenas da demanda do mercado, mas também de uma série de outros fatores a serem articulados. Estes fatores conduzem freqüentemente à alocação de trabalhadoras em atividades informalizadas, que permitam mais facilmente esta articulação, porem que se revestem de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho a domicílio é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher latinoamericana na sociedade contemporânea e também pelas empresas que terceirizam alguns serviços, em busca da redução de seus custos. No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados anteriormente alocados nas empresas, verifica-se que na América Latina, o trabalho domiciliar feminino, na maior parte dos casos, tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração.

Políticas públicas mais efetivas em relação à possibilidade de maior engajamento da população feminina na força de trabalho não se fazem sentir, ou muitas vezes mal enunciadas, causam efeito contrário, as desencorajar as empresas de contratarem as mulheres, tendo em vista acarretarem em uma maior relação custo/benefício.

As observações de indicadores de distribuição do trabalho para a América Latina analisadas no trabalho, permitiram a verificação de características próprias de comportamento diferenciadas das dos países industrializados ou de Renda Alta, de acordo com a classificação do Banco Mundial. Embora não seja possível através destas informações a verificação das causas destas diferenças, ficou caracterizado que existe uma

singularidade latinoamericana. As informações estatísticas permitiram a constatação de impactos de alguns determinantes institucionais e culturais sobre a estruturação do trabalho, que são mais evidentemente associados às realidades sociais da América Latina, compostas em parte por sociedades em que a força de trabalho apresenta menor nível de qualificação e está menos preparada para assumir rapidamente tecnologias mais avançadas.

Bibliografia

- CEPAL, *Panorama Social de América Latina*, CEPAL, Santiago, 1998.
- CEPAL, *Sinopse preliminar de las economías de América Latina y Caribe*, CEPAL, 1999a.
- CEPAL, *Estudio Económico de América Latina y del Caribe-1998/99*, CEPAL, 1999b.
- DI MARCO, Luis Eugênio (org.) *Humanismo Económico y Tecnología Científica, Ensayos del III Encuentro Internacional de Economía*, Centro de Investigaciones Económicas de Córdoba, Argentina, 1999
- EDWARDS, Sebastian e LUSTIG, Nora Claudia (ed.), *Labor Markets in Latin America*, Brookings Institution Press, Washington, 1997.
- HOFMAN, André, *Economic Growth and Performance in Latin America*. Série Reformas Económicas 53, CEPAL, Santiago, 2000.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND, *International Financial Statistics*, IMF, Washington, DC, 1999.
- KON, Anita, “Impactos das políticas de estabilização econômica sobre a estruturação do trabalho na América Latina”, em Kon, A., Banko, C., Melcher, D., e Cacciamali M.C. (coord.) *Costos Sociales de las Reformas Neoliberales en América Latina*, PUCSP/PROLAM-USP/UCV, Caracas, 2000.
- KON, Anita, Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero, Relatório de Pesquisas N° 19/1999, NPP/EAESP/FGV, 1999.
- KON, Anita, “Impacts of Globalization On Brazilian Regional Productivity Distribution”, *Latin American Research Consortium Meeting- LARC_2000*, Goldring Institute of International Business Site, Tulane University, New Orleans, Março/2000.
- MOSTAJO, Rossana, *Gasto social y distribución del ingreso: caracterización e impacto redistributivo en países seleccionados de América Latina y Caribe*. Série Reformas Económicas 69, CEPAL, Santiago, 2000.
- PIRES, Júlio Manuel, “O Ajuste Econômico e Fiscal na América Latina e seu Impacto sobre as Políticas Públicas”, em Kon, Banko, Melcher e Cacciamali (coord.) *Costos Sociales de las Reformas Neoliberales en América Latina*, PUCSP/PROLAM-USP/UCV, Caracas, 2000.
- STALLINGS, Barbara e PERES, Wilson, *Growth, employment and equity: the impact of the economic reforms in Latin America and the Caribbean*, Brookings Institution Press e CEPAL, Washington, 2000.
- WELLER, Jurgen, *Reformas económicas, crecimiento y empleo: los mercados de trabajo en América Latina durante los años noventa*, ECLAC/Fondo de Cultura Económica, 2000.

- WORLD BANK, World Development Report 1996 e World Development Report 1998/99, Washington, 1996 e 1999.